

# Ata de Reunião - 67ª RO

Data: 05/09/2019      Aprovada em: 03/10/2019  
Início: 14h15min      Fim: 17h10min  
Local: 3ª Cia PM Ind PE

## Conselheiros presentes

	Instituição	Representantes
01	Diretoria de Meio Ambiente - Presidente	Jussara Rodrigues Carvalho Viana
02	SMDU - Diretoria de Meio Ambiente	Wanderson Luiz Nunes Lana
03	Secretaria Municipal de Educação	Márcia Cristina Mangerotti
04	Secretaria Municipal de Saúde	Márcia Regina Ferreira
05	Diretoria de Turismo e Cultura	Ausente
06	Câmara Municipal	Ausente
07	Sindicato Rural	Acácio de Paula Filho
08	Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Região de Lagoa Santa - AREA	Márcia Pinto de Moura
09	Associação Comercial, Industrial, Agronegócios e de Serviços de Lagoa Santa – ACE/LS	Stefano Rodrigues de Pinho Tavares Adalton Figueiredo de Melo
10	Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa – AMAR	Érika Suzanna Bányai
11	Associação de Recreação Sócio Cultural e Bloco Prevenir Preservar	Lancaster Fernandes dos Santos Vanilza Aparecida de Oliveira

## Falta justificada

## Justificativa

-----

-----

## Demais presentes

## Instituição

1	Karina Vieira do Nascimento Franco	SMDU - Diretoria de Meio Ambiente
2	Izabela Oliveira	SMDU - Diretoria de Meio Ambiente
3	Francisco de Oliveira Assis	SMDU - Diretoria de Meio Ambiente
4	Antônio Calazans R. Miranda	APA Carste Lagoa Santa/ICMBio
5	Messias Pedro de Melo Júnior	APA Carste Lagoa Santa/ICMBio
6	Patrícia F. M. Silva	Panoramia
7	Nilson Almeida Vilela	Panoramia
8	Lúcio dos Santos Costa	AMAR
9	Carlos von Sperling	AMAR

## Pauta Preliminar

1 – Abertura.

2 – Esclarecimentos acerca de questionamentos levantados em reuniões anteriores - Loteamento Mariposas. Participação do ICMBio.

3 – Aprovação das atas da 25ª RE, 66ª RO e 26ª RE.

4 – Processos Administrativos para Análise de solicitação de supressão de espécimes arbóreos:

ITEM	N.º PROCESSO	INTERESSADO	EMPREENHIMENTO / ATIVIDADE	LOCALIZAÇÃO	RELATOR (A)
4.1	6063/2019	VANILDE FERNANDES PEREIRA BENTO	Árvores em área privada - Laudo 040/2019	Bairro Vila Maria, Rua Candido Vieira, nº 63	Francisco Assis

4.2	4977/2019	DRIELE CARDOSO DE OLIVEIRA	Árvore em área privada - Laudo 041/2019	Bairro Residencial Gran Royale, Rua H, nº 265	Francisco Assis
4.3	4113/2019	ESTEVÃO DELLA LÚCIA GOMES	Árvores em área privada - Laudo 042/2019	Bairro Recanto da Lagoa, na rua Q, nº 595	Francisco Assis
4.4	0529/2019	NIWTON CARLOS TOLEDO	Árvores em área privada - Laudo 043/2019	Bairro Condados da Lagoa, rua Conde Rodrigues Costa, nº 645	Francisco Assis

12

13 5 – Apresentação acerca dos procedimentos internos da Coordenadoria de Fiscalização -  
14 Gilberto Soares da Silva.

15 6 – Assuntos gerais

16

17 **ATA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO**  
18 **AMBIENTAL DE LAGOA SANTA – CODEMA**  
19 **REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2019**  
20 **Aprovada em 03/10/2019**

21

22 Iniciando a reunião, Jussara Viana agradeceu a presença de todos, inclusive do Chefe da APA Carste  
23 de Lagoa Santa - ICMBio, Antônio Calazans e do servidor do ICMBio, Messias Melo Júnior. Disse que  
24 conforme combinado na última reunião, deveria ser pautado esclarecimentos das pendências do  
25 Loteamento Mariposas (**Item 2 – Esclarecimentos acerca de questionamentos levantados em**  
26 **reuniões anteriores - Loteamento Mariposas. Participação do ICMBio**); que os representantes da  
27 empresa estavam presentes e falariam a respeito das recomendações realizadas pela Prefeitura  
28 Municipal - PMLS e ICMBio; que por parte da PMLS, o que havia de pendências, era a doação de  
29 mudas, cujo atendimento está em processo, porque a solicitação é feita de acordo com a demanda  
30 para plantio, mas neste aspecto o empreendedor está cumprindo; sobre o projeto de educação  
31 ambiental, este não foi executado e a DMA notificou a empresa para prestar esclarecimentos, mas  
32 não obteve resposta; passou a palavra para os representantes da empresa. Patrícia Silva disse que  
33 iniciaram o projeto de educação ambiental junto às escolas e trabalharam com as instituições de  
34 ensino por um período de 04 meses em 2018, mas que tiveram problemas com a executora do  
35 projeto e este foi pausado; que propunha a continuidade ainda este ano, de setembro/2019 até  
36 dezembro/2019, reinício em março/2020 e conclusão até julho/2020 (término da obra do loteamento).  
37 Wanderson Lana disse que será desenvolvido projeto junto às escolas e o Parque Ambiental em  
38 implantação e que poderia ser feito em conjunto com esta proposta. Márcia Mangerotti disse que os  
39 executores do projeto foram até as escolas, mas que não houve execução. Jussara Viana perguntou  
40 a Márcia Mangerotti acerca da proposta, sendo respondido pela mesma que a empresa deverá iniciar  
41 tudo novamente, já que a programação, em um dos casos, foi para uma turma que não está mais na

42 escola e que o projeto deveria se retomado agora, porque inclusive as instituições de ensino estão  
43 cobrando a continuidade, vindo com as mesmas, a demanda atual e a data para iniciar. Acácio Filho  
44 disse que na Escola Sr. Tito, o Rotary está com projeto de uma horta para atendimento da  
45 comunidade, perguntando se esta Empresa poderia firmar alguma parceria. Foi respondido por  
46 Jussara Viana que neste caso não poderia, porque foi definido inicialmente os locais de execução  
47 (escolas do entorno do empreendimento); disse que propunha que a Empresa fizesse contato com a  
48 Secretaria Municipal de Educação e Diretoras para que fosse definida a melhor data para as  
49 instituições e após este fechamento, a data acertada deveria ser informada ao Conselho. Márcia  
50 Mangerotti disse que no dia 09/09/2019 estava agendada reunião das Diretoras. Jussara Viana disse  
51 que a Empresa deveria fazer este contato para definição da data de início, solicitando que Márcia  
52 Mangerotti, após a reunião informasse qual havia sido a data marcada; ressaltou ainda que, após  
53 esta definição, não haveria mais possibilidade de prorrogação, pedindo que a Empresa respondesse  
54 formalmente a notificação efetuada pela DMA. O cidadão Carlos Sperling disse que estavam sendo  
55 apresentadas duas propostas (Projeto conjunto citado por Wanderson Lana e Acácio Filho) e que  
56 poderiam ser integrados com o projeto de educação ambiental a ser desenvolvido pela Empresa, pois  
57 não seria interessante que fossem executados isoladamente, já que perde-se muito esforço. Jussara  
58 Viana disse que poderiam fazer esta proposta em outro processo, porque a que está em discussão já  
59 foi iniciada com algumas escolas e que já recebeu ligações destas instituições cobrando a  
60 continuidade. Acerca das recomendações junto ao ICMBio, Jussara Viana disse que a Empresa  
61 recebeu alguns ofícios, os quais foram enviados como cópia à DMA; que houve discussões dentro do  
62 CODEMA, inclusive do Sr. Carlos Sperling de que alguns itens não foram cumpridos, perguntando  
63 como estava a situação. Patrícia Silva disse que recebeu ofício do ICMBio após a última reunião do  
64 CODEMA e que neste documento abordavam a questão da bacia de contenção, para que  
65 adequações na mesma fosse efetuadas visando atender ao projeto e que este ainda não foi  
66 finalizado. Vanilza Oliveira lembrou que os representantes da Empresa afirmaram em reunião que a  
67 bacia estava no nível correto e que agora estão dizendo que será necessário aprofundar. A palavra  
68 foi passada para o Chefe da APA Carste de Lagoa Santa, servidor do ICMBio, Sr. Antônio Calazans,  
69 que disse que foi estabelecido um prazo de 60 dias para conclusão da adequação da bacia, porque  
70 até então não haviam recebido nenhum documento sobre o projeto e que agora recentemente foi  
71 entregue e a partir daí o ICMBio fez a avaliação do volume da bacia em relação ao projetado e  
72 constataram que não atendia ao volume apresentado no projeto; disse ainda que estavam ocorrendo  
73 muitas tratativas verbais, mas não tinham apresentando o projeto; que fizeram recomendações (já  
74 que não estão fazendo licenciamento) para evitar danos à área de conservação, mas que deveriam  
75 participar da prevenção de quaisquer danos à Unidade de Conservação. Messias Melo Júnior disse  
76 que receberam da Empresa, um projeto da bacia com acumulação de 420 m<sup>3</sup> e pelos documentos  
77 com medições enviados, viram que a bacia estava acumulando apenas 82 m<sup>3</sup>, logo, que o executado  
78 não estava de acordo com o projeto apresentado. Jussara Viana esclareceu que o projeto de

79 drenagem possui um Responsável Técnico - RT; quando o projeto é implantado e observa-se que  
80 não houve eficiência, o empreendedor é notificado para adequações. Vanilza Oliveira ressaltou que  
81 no último pedido de análise de supressão de vegetação, votou favorável porque foi afirmado pelos  
82 representantes da Empresa que o projeto estava adequado (de acordo com o projetado). Adalton  
83 Melo disse que o ICMBio apresentou um erro grave perguntando quando ele seria solucionado.  
84 Jussara Viana pediu que esperassem o final da fala do Sr. Antônio Calazans, para que ele concluísse  
85 a fala. Antônio Calazans continuou dizendo que seria interessante fazer estas adequações (foi dado  
86 prazo), e que não sabia acerca dos prazos do CODEMA, mas que poderiam condicionar alguma  
87 autorização ao cumprimento das adequações; que dentro da APA, autorizam a implantação, porém  
88 com condicionantes de replantio com bastante rigor. Stefano Tavares disse que precisa haver um  
89 mecanismo para reverem o que foi aprovado pelo CODEMA, com adequação da Empresa. Márcia  
90 Moura disse que um engenheiro, ao elaborar um projeto arquitetônico assume a responsabilidade  
91 como RT do mesmo, perguntando se no caso da aprovação de loteamento, o projeto de drenagem  
92 era analisado com um critério mais técnico para que não corresse o risco do caso citado (projetado  
93 420 m<sup>3</sup> e executado 82 m<sup>3</sup>); perguntou também se o mesmo foi analisado. Jussara Viana disse que o  
94 projeto é analisado e que inclusive há um RT que se responsabiliza pelo projeto, e que no decorrer da  
95 implantação, não havia previsão de implantação de bacia, e que posteriormente vislumbrou-se essa  
96 necessidade; que o projeto foi encaminhado ao ICMBio e passou ainda pela PMLS, que inclusive  
97 pode ter havido alguma falha na prestação de informações por parte do RT; que na hora da execução  
98 também pode ter havido alguma falha e que o Loteamento Mariposas não tem recebimento de obra e  
99 que nesta ocasião se verificarem que não há eficiência, o documento não é emitido. Márcia Moura  
100 disse que na elaboração do projeto, foi necessário a análise de dados técnicos topográficos, índices  
101 pluviométricos, áreas do loteamento, bacia e uma outra série de fatores e que entendia que estes  
102 mesmos fatores deveriam ser contemplados quando da aprovação na PMLS; que tinham que  
103 preocupar em rever o que estava acontecendo na PMLS com estes projetos de drenagem que  
104 apresentavam níveis de insuficiência para que não se repita; sua preocupação é que terão que  
105 entender o que está acontecendo com os outros parcelamentos. Antônio Calazans disse ser  
106 importante esta conferência depois de implantado para verificar se estava de acordo com o projetado;  
107 sobre a estrutura das paredes da bacia, perguntou se estas teriam alguma forma de contenção, bem  
108 como o fundo, pois na vistoria in loco viram que estava bem diferente e que precisavam de mais  
109 detalhes sobre isso; que perceberam a necessidade de aprofundamento da bacia para evitar  
110 extravasamento em um evento causado, por exemplo, pelo rompimento quando a empresa será  
111 penalizada pelo impacto se a terra chegar dentro a Unidade de Conservação, de acordo com a lei de  
112 crimes ambientais. Wanderson Lana disse ser preciso mais ações pré e pós CODEMA, já falado  
113 inclusive em reuniões anteriores; que isto está faltando em todos os empreendimentos de grande  
114 porte. Acerca do período das chuvas, Jussara Viana perguntou se o prazo dado contemplou esta  
115 questão, sendo respondido por Messias Melo Júnior que o prazo para aprofundamento da bacia era

116 até 12/10/2019, época que ainda não há chuvas significativas. Antônio Calazans disse que viram que  
117 os taludes estavam aparentemente bem estabilizados e compactados (sem chuva) e que esta  
118 questão do volume e na saída da bacia no canal escoador uma parte da encosta estava sem  
119 proteção de concreto a qual sugeriam fazer para evitar erosão; sugeriram também sistema de  
120 chincana na escada hidráulica para não deixar passar nenhum sedimento (mais uma barreira de  
121 contenção); para uma parte que não converge com a bacia, área estreita (aparentemente uma trilha)  
122 foi dada duas opções, fazer um projeto para convergir esta drenagem para a bacia ou um esquema  
123 de drenagens consecutivas para irem retirando a água gradativamente para não ganhar força e  
124 velocidade que pudesse causar danos e impactos à Unidade de Conservação; que estas foram as  
125 recomendações repassadas formalmente à Empresa (com cópia ao Município) e que até o presente  
126 momento não haviam recebido nenhuma resposta; concluiu dizendo que a respeito do esgotamento  
127 sanitário, foi falado que a Empresa estava pensando passar em uma faixa dentro da área da APA e  
128 que para isto já alertava que deveriam solicitar uma Autorização Direta no ICMBio antes de qualquer  
129 intervenção, pois sem ela, haveria penalização. Em resposta ao questionamento de Adalton Melo,  
130 Patrícia Silva disse que o projeto de esgotamento sanitário estava aprovado pela COPASA. Antônio  
131 Calazans disse que deixava como sugestão que a Empresa planejasse tudo que seria necessário  
132 para solicitar a autorização de uma única vez e evitar desgastes tanto para o órgão que fará a análise  
133 quanto para o empreendedor. Messias Melo Júnior disse que a preocupação deles enquanto APA  
134 eram os danos que envolviam a mesma e que os demais deveriam ser analisados pela PMLS e  
135 CODEMA e envolviam supressão de vegetação, drenagem e esgotamento sanitário; que se  
136 preocupam da elevatória ter vazamentos e que neste caso recomendam 05 sistemas de segurança  
137 (02 bombas [sendo uma de reserva], gerador de reserva, proteção patrimonial contra furto,  
138 monitoramento remoto, tanque pulmão com capacidade suficiente para receber esgoto de vazamento  
139 por 24h). Adalton Melo, sobre loteamento Mariposas e sua aprovação, disse que a medida  
140 compensatória foi apenas a elaboração de projeto executivo, com respectivo ART, de deck de  
141 madeira para orla da lagoa e execução do mesmo, recuperação de passeio da orla  
142 (aproximadamente 300m), com prazo até julho/2019; o deck deveria ter tido autorização da Marinha e  
143 não possui, bem como autorização ambiental que também não tinha e está sendo mal executado;  
144 que o dimensionamento da medida compensatória é absurda e por isso não tinha dinheiro para  
145 pavimentação; outro empreendimento de 165.000m<sup>2</sup>, deveria adquirir 03 lixeiras e 02 container, e  
146 desta forma não tinha como ter dinheiro para as necessidades do Município; 4 alvarás de construção  
147 de apartamentos da MRV com aproximadamente 2000 unidades, previsão de 6600 pessoas morando  
148 nestes locais (Rua Pinto Alves), sem previsão de escolas, creche e postos de saúde para atender  
149 esta população e a medida compensatória estipulada foi a implantação de metade da Avenida de  
150 Ligação. Jussara Viana disse que caso fosse interesse do Conselheiro que ele poderia formalizar a  
151 denúncia, mas que era preciso ter conhecimento dos fundamentos e da base legal; que é preciso  
152 saber como se determina uma medida compensatória que no caso de loteamento a partir da Lei

153 Municipal 2759/2007, e sua alteração, onde se utiliza como base o valor da obra e não do  
154 faturamento da empresa, e informou ainda que o deck teve autorização ambiental; agradeceu a  
155 presença dos representantes do ICMBio, estendendo o convite para as próximas reuniões. Márcia  
156 Moura disse que poderiam sempre chamar o pessoal do ICMBio e da Polícia de Meio Ambiente para  
157 prestar apoio aos Conselheiros. O cidadão Carlos Sperling pediu para fazer perguntas ao ICMBio  
158 sobre o loteamento Mariposas; disse que agora foi estabelecido o prazo de 60 dias para  
159 rebaixamento da bacia, mas que no ano passado (2018) já tinham solicitado uma série de  
160 providências sobre esta mesma bacia, logo não é um fato novo, e ficava parecendo que o processo  
161 estava se iniciando agora; que o prazo até 12 de outubro/19, era muito grande, que uma bacia com  
162 40 cm de tolerância era um absurdo; que o empreendimento pode ser viabilizado desde que tenha  
163 alguns cuidados que não estão acontecendo, por exemplo, existe fora da área de bacia uma  
164 contribuição (largura de trator) cujo material será carregado todo para fora da bacia; que foi  
165 apresentando um mapa com esta bacia, mas que sumiu do processo; que o CODEMA não pode ser  
166 responsabilizado por más conduções, sendo preciso mais seriedade; que o empreendimento pode  
167 ser viabilizado, porém com sequência; que apesar da supressão não estar aparentemente  
168 relacionada com a bacia, ao suprimir a vegetação irá se expor o solo que levará material para uma  
169 bacia que está subdimensionada, mostrando que pode haver esta ligação; sua proposta era de que  
170 tivessem uma relação de tudo que deverá ser feito, com cronograma de execução; sobre o programa  
171 de educação ambiental, teve um primeiro projeto não aprovado, sendo o segundo aprovado e iniciada  
172 a sua implantação e que na apresentação da empresa executora ao CODEMA foi afirmado que o  
173 Loteamento Mariposas não estava querendo fazer da forma descrita e foi concedido novo prazo;  
174 pediu que os Conselheiros fizessem a leitura de uma das atas que veio para aprovação, quando  
175 denunciou que houve supressão além da autorizada e que seria feita fiscalização, perguntando se  
176 houve. Jussara Viana disse que foi feita fiscalização e a empresa autuada. Carlos Sperling disse que  
177 além da supressão a mais para implantação da bacia, houve na abertura das vias. Jussara Viana  
178 disse que foi verificado que houve supressão a mais inclusive em área de praça; que os demais  
179 pedidos se houve supressão além do permitido, a empresa será também notificada, porque todos os  
180 processos foram encaminhados para a fiscalização; que na presente reunião estava agendado para o  
181 Coordenador de Fiscalização fazer uma apresentação, mas em virtude de um compromisso foi  
182 desmarcado, mas que sua proposta era de marcar uma reunião extraordinária, pois além desta  
183 apresentação poderia fazer esclarecimentos dos processos que foram encaminhados para o referido  
184 Setor. O cidadão Carlos Sperling disse ser necessário a apresentação do levantamento topográfico  
185 de terraplanagem no início do processo, pois para passar a tubulação de esgoto deveria ter sido  
186 previsto antes e que fez uma proposta de check list onde se estabeleceria as regras como esta citada  
187 por ele, de apresentação do projeto de terraplanagem no início. Jussara Viana disse que a COPASA,  
188 para emitir a DTB, requer que o projeto urbanístico esteja aprovado. Carlos Sperling disse que os  
189 Conselheiros do CODEMA deviam entender que fazem parte de três momentos: preparar para que o

190 empreendedor seja bem informado, as regras para o empreendedor, e o acompanhamento após a  
191 aprovação. Érika Bányai disse que de modo geral, o que a preocupava e entendia que a fala de  
192 Márcia Moura, era que ao chegar no CODEMA os Projetos já aprovados, por um acaso descobria-se  
193 erro no Projeto; que o erro começa na aprovação do projeto, questionando se as pessoas  
194 responsáveis no setor inicial teriam condição real de fazer a análise; e quando chega no CODEMA  
195 não podem fazer muita coisa mais e que o erro estava na base, na aprovação. Stefano Tavares disse  
196 que o momento era muito bom para o CODEMA e membros, onde vislumbram procedimentos que  
197 podem ser melhorados e consertados, colaborando assim para aprimoramento do processo; que não  
198 são contra o desenvolvimento da cidade, mas a favor de um desenvolvimento sustentável e que  
199 podem ser exemplo; falou ainda da importância da DMA voltar a ser uma Secretaria. Érika Bányai  
200 perguntou se o check list apresentado foi analisado pela DMA, se seria incorporado e discutiram isso  
201 em algum momento, se havia algum andamento nesse sentido. Lancaster Fernandes pediu para  
202 fazer um registro de cronologia na presença dos representantes do ICMBio; disse que foram  
203 levantados alguns apontamentos, que foram patrocinados por esta gestão (não tinha nada contra  
204 este governo), sendo: o levantamento da falta de autonomia e nivelamento da DMA e que deveria ser  
205 uma pasta ordenadora e não é mais, fato patrocinado por este governo em outra gestão, além da  
206 supressão de algumas cadeiras tecnicamente importantes do CODEMA, inclusive do ICMBio; que  
207 fazia este registro, para entender e levar esta mensagem ao governo porque ainda dava tempo de  
208 corrigir. Jussara Viana agradeceu aos representantes do ICMBio pelo esforço da equipe na liberação  
209 do processo de licenciamento do Distrito Industrial. Falou-se a respeito do processo de regularização  
210 fundiária na região da Lapinha (local que seria possível [mancha urbana] bem como os projetos que  
211 seriam necessários) e na sequência Antônio Calazans convidou a todos para participarem do  
212 Seminário sobre o Carste que estava sendo realizado pela APA Carste de Lagoa Santa. Passou-se a  
213 discussão do **Item 3 – Aprovação das atas da 25ª RE, 66ª RO e 26ª RE**; Érika Bányai disse que  
214 encaminhou considerações para inclusão: Ata da 25ª RE (linhas 148 a 150) deveria ser  
215 complementado que a DMA solicitou que este estudo das Atas fossem encaminhados para todos  
216 através de email e que estes seriam analisados; perguntou inclusive sobre a análise da DMA, pois  
217 havia sido informado que já estava pronta a resposta; perguntou também sobre a apresentação do  
218 Coordenador de Fiscalização e sobre o grupo de discussão do check list, se houve encontro. Jussara  
219 Viana disse que sobre a apresentação do Coordenador de Fiscalização, este não pode comparecer  
220 devido a um outro compromisso e que propunha a realização de uma Reunião Extraordinária onde  
221 poderiam pautar esta apresentação. Sobre o grupo de check list, Stefano Tavares disse que Artileu  
222 Bonfim ficou responsável pela criação do mesmo, oportunidade em que pediu o contato de todos,  
223 mas que ele não recebeu nenhum convite para participar de discussões. Jussara Viana perguntou se  
224 com as considerações de Érika Bányai a Ata ficava aprovada, sendo respondido afirmativamente;  
225 disse que após a inclusão, mandaria para todos os Conselheiros, solicitando que fosse dado um de  
226 acordo para publicação. Acerca da Ata da 66ª RO, Érika Bányai pediu que fosse acrescentado na

227 votação do processo da Avenida de Ligação que a AMAR e a Prevenir Preservar (Érika Bányai e  
228 Vanilza Oliveira) votaram favoráveis ao Projeto, desde que as considerações que a Prevenir  
229 Preservar, apresentadas e protocoladas através do relatório de vistas, fossem atendidas. Jussara  
230 Viana perguntou se com as considerações de Érika Bányai a Ata ficava aprovada, sendo respondido  
231 afirmativamente; disse que após a inclusão, mandaria para todos os Conselheiros, solicitando que  
232 fosse dado um de acordo para publicação. Adalton Melo perguntou se a empresa responsável pela  
233 implantação do deck faria a finalização do projeto, perguntando também se seria necessária  
234 autorização da Marinha, sendo respondido por Jussara Viana que pela legislação poderia aditivar o  
235 prazo para implantação do loteamento e que provavelmente houve aditivo também para conclusão do  
236 deck; que houve autorização ambiental e que a Marinha esteve na lagoa para liberação do evento de  
237 barcos a vela e não recebeu nenhum questionamento quanto aos decks. Sobre a colocação de  
238 placas em trechos da Avenida de Ligação, Jussara Viana disse que quem tivesse sugestão de  
239 dizeres poderiam encaminhar para a DMA que fará o encaminhamento formal para a empresa  
240 responsável pela implantação do Projeto. O cidadão Carlos Sperling disse que na Avenida de  
241 Ligação, trechos onde há passagem de animais silvestres e risco de atropelamento, caberia a  
242 implantação de quebras-molas. Wanderson Lana disse que neste caso a implantação das passagens  
243 subterrâneas seriam mais útil. Sobre a fala de Adalton Melo, Lancaster Fernandes disse que o  
244 assunto era muito grave e mesmo que ele ainda não tenha oficializado a denúncia (esperava que ele  
245 o fizesse), que como Conselheiro do CODEMA e tendo sido levantado o assunto em uma reunião  
246 formal, gostaria que o Conselho respondesse tudo que foi colocado. Jussara Viana disse que acerca  
247 das colocações de Adalton Melo, sobre o licenciamento do deck informou que foi respondido, quanto  
248 a definição de medidas compensatórias e valores, acreditava que não cabia resposta do CODEMA,  
249 pois a questão foge ao conhecimento e atribuições do mesmo, mas mesmo assim, fez alguns  
250 esclarecimentos; que a determinação das medidas compensatórias foram determinadas no ano de  
251 2016 e que agora foi aditivado o prazo. Érika Bányai oficializou a entrega de Ofício da AMAR para a  
252 Presidente Jussara Viana, sobre de uma observação sobre o Fundo Municipal de Meio Ambiente -  
253 FMMA, análise efetuada pelo Tesoureiro da AMAR, Lúcio Costa, onde verificou algumas questões  
254 acerca de notas explicativas. Lúcio Costa disse que tudo que utilizar a verba do Fundo precisa ficar  
255 muito claro (notas explicativas atendendo ao princípio da Publicidade, através de balancetes mensais  
256 e balanço anual acompanhado de demonstrativo dos resultado). Jussara Viana disse que esta  
257 sugestão de Lúcio Costa realizada inclusive na última reunião do FMMA será deliberada na próxima  
258 reunião deste, já que isto precisa ser aprovado por todos os Conselheiros participantes. Passou-se a  
259 discussão do **Item 4 – Processos Administrativos para Análise de solicitação de supressão de**  
260 **espécimes arbóreos – Subitem 4.1 – Processo Administrativo nº 6063/2019 – Vanilde**  
261 **Fernandes Pereira Bento – Laudo 040/2019.** Francisco Assis explicou que se tratava de solicitação  
262 de supressão de 03 árvores em área pública para entrada no terreno, localizado no Bairro Vila Maria,  
263 Rua Candido Vieira; que o terreno era muito estreito e que se tratava de uma ocupação irregular;

264 sugeria o deferimento com substituição pelo plantio de 03 mudas. Érika Bányai disse que pela foto  
265 não foi possível visualizar a árvore em relação à via, pedindo a Francisco Assis que as fotos fossem  
266 posicionadas para que conseguissem observar o todo. Após discussão entre os membros sobre  
267 ocupação irregular, Jussara Viana sugeriu a suspensão da análise e votação do processo para  
268 verificação da questão e que o mesmo seria pautado na próxima reunião. **Subitem 4.2 – Processo**  
269 **Administrativo nº 4977/2019 – Driele Cardoso de Oliveira – Laudo 041/2019.** Francisco Assis  
270 disse que se tratava de solicitação de supressão de 01 pequizeiro localizado na área de construção  
271 de imóvel situado no Bairro Residencial Gran Royale, Rua H. Colocado em votação – Aprovado  
272 conforme o Laudo – votos favoráveis 08 (Wanderson Lana, Márcia Mangerotti, Márcia Ferreira,  
273 Acácio Filho, Márcia Moura, Stefano Tavares, Érika Bányai e Lancaster Fernandes). **Subitem 4.3 –**  
274 **Processo Administrativo nº 4113/2019 – Estevão Della Lúcia Gomes – Laudo 042/2019.**  
275 Francisco Assis disse que se tratava de supressão de 08 árvores, dentre estas, 03 eram pequizeiros,  
276 todas estas localizadas na área de construção de um imóvel situado no Bairro Recanto da Lagoa; que  
277 o imóvel tinha um pequeno declive; que seriam preservadas árvores aos fundos e 01 pequizeiro à  
278 frente; solicitava para cumprimento da legislação, a doação de 25 mudas de frutíferas para o Horto  
279 Municipal. Érika Bányai disse que está sendo autorizada a supressão de árvores específicas e na  
280 reposição está tendo uma concentração de pedido de árvores frutíferas e que esta solicitação deveria  
281 ser proporcional à espécie que está sendo cortada. Francisco Assis disse que muitas espécies  
282 nativas não são produzidas comercialmente sendo difícil o cumprimento por parte do empreendedor.  
283 Adalton Melo disse que seria interessante em determinadas áreas da cidade fazer plantio de  
284 frutíferas, cujos frutos poderiam ser destinados às escolas municipais. Lancaster Fernandes disse  
285 que a colocação de Érika Bányai tinha envolvimento com a fauna. Érika Bányai disse que reforçava a  
286 ideia de Adalton Melo de destinar uma área para que as compensações ambientais pudessem ser  
287 cumpridas. Erika Bányai recomenda a criação de um Pomar Municipal, envolvendo o plantio tanto de  
288 frutíferas exóticas e nativas (dentro da possibilidade) para atendimento das escolas municipais  
289 (lanche) e que poderia ser inclusive dentro da área do Parque Ambiental em implantação. Wanderson  
290 Lana disse que dentro da proposta do Parque há previsão de plantio de frutíferas de árvores do  
291 cerrado e que no próximo ano tem programado ações com as escolas municipais para reflorestar a  
292 área. Colocado em votação – Aprovado conforme o Laudo – votos favoráveis 08 (Wanderson Lana,  
293 Márcia Mangerotti, Márcia Ferreira, Acácio Filho, Márcia Moura, Stefano Tavares, Érika Bányai e  
294 Lancaster Fernandes). **Subitem 4.4 – Processo Administrativo nº 0529/2019 – Niwton Carlos**  
295 **Toledo – Laudo 043/2019.** Francisco Assis disse que se tratava de solicitação de supressão de 66  
296 árvores (de acordo com senso florestal 100%), num total de 107 árvores, imóvel localizado no Bairro  
297 Condados da Lagoa, rua Conde Rodrigues Costa, com predominância de aroeiras do sertão; não foi  
298 verificado nenhuma espécie ameaçada e nem imune de corte e que a doação, se aprovado o pedido,  
299 deveria ser de 256 mudas de frutíferas, devido a carência do Horto (já que em todas as doações,  
300 sempre uma é de frutífera). Colocado em votação – Aprovado conforme o Laudo – votos favoráveis

301 08 (Wanderson Lana, Márcia Mangerotti, Márcia Ferreira, Acácio Filho, Márcia Moura, Stefano  
302 Tavares, Érika Bányai e Lancaster Fernandes). Sobre o **Item 5 – Apresentação acerca dos**  
303 **procedimentos internos da Coordenadoria de Fiscalização – Gilberto Soares da Silva**, conforme  
304 já explicado anteriormente, Jussara Viana perguntou aos presentes se fariam uma reunião  
305 extraordinária para pautar este assunto e a continuidade da análise do check list ou se estes  
306 assuntos poderiam ser pautados na reunião ordinária. Márcia Moura sugere que seja enviada a  
307 proposta de check list por email e que os Conselheiros se comprometessem a enviar as  
308 considerações uma semana antes da reunião, por email também e que neste tempo poderiam ir  
309 debatendo entre eles, ficando como primeiro item da pauta. Wanderson Lana sugeriu antecipar o  
310 horário de início da reunião para 13h. Ficou definido pelos presentes que os assuntos deverão ser  
311 pautados em reunião ordinária, porém, antecipariam o horário para às 13h para dar tempo de cumprir  
312 toda a pauta que geralmente é sempre extensa e confirmaria se este local (Auditório da 3ª Cia PM Ind  
313 PE) estaria disponível, caso contrário solicitaria empréstimo de sala na Escola Dr. Lund. Acácio Filho  
314 pediu a palavra para falar de projeto que o Rotary está desenvolvendo no Palmital (horta) e que estão  
315 esperando acerca de 03 meses a doação de um caminhão de terra por parte da Prefeitura para  
316 iniciarem o projeto. Jussara Viana disse que já solicitou, porém, é provável que ainda não tenha tido  
317 uma terra de boa qualidade para disponibilização e que solicitaria novamente. Márcia Moura  
318 perguntou acerca das árvores que deveriam ficar preservadas na frente da Escola Collegium e que  
319 foram retiradas, pois não teve retorno; solicitou ainda o retorno da questão da Lagoa Francisco  
320 Pereira (água da lagoa extravasando para a rede de esgoto), pois queria uma solução desta questão  
321 antes do período chuvoso. Jussara Viana disse que já recebeu resposta da COPASA e encaminhará  
322 para conhecimento de todos. Márcia Moura disse ainda que encaminhou um email acerca de um  
323 ponto de água com aspecto de esgoto na lagoa central próximo ao late; que conversou com a Polícia  
324 de Meio Ambiente que informou que houve um vazamento na rede de esgoto, já solucionado, porém,  
325 a poça de esgoto ainda continua e que a COPASA deveria retirar; sobre a ETE (denúncia de  
326 lançamento de esgoto no Córrego Bebedouro), perguntou como estava a questão, pois a Vigilância  
327 Sanitária, após vistoria viu que havia poluição. Jussara Viana perguntou a Márcia Ferreira se já havia  
328 resultado da análise efetuada, sendo respondido por ela que faria a verificação se a mesma já estava  
329 concluída. Vanilza Oliveira pediu a palavra para falar acerca da Lagoa Olhos D'água, que fez visita  
330 com Érika Bányai e Lancaster Fernandes, ocasião em que perceberam que os bueiros foram  
331 tampados; que não estavam entendendo o por que desta ação e pediu que o projeto de drenagem  
332 fosse trazido novamente para análise. Jussara Viana disse que não havia projeto de drenagem, mas  
333 que estão sendo feitas algumas melhorias no lançamento existente. Lancaster Fernandes disse que  
334 observaram que a drenagem do bairro foi tampada, que gostariam de entender por que as bocas de  
335 lobo de estrutura do bairro foram fechadas; que aproveitava para dizer que a Prevenir Preservar com  
336 o LIONS tiveram uma ação na área do horto desta lagoa, com plantio de mudas e que muitas delas  
337 foram retiradas e que queria que a DMA perguntasse aos funcionários que estão prestando serviços

338 no local que informassem para onde foram levadas. Jussara Viana disse que não foi expedida  
 339 nenhuma ordem para a retirada, pois a ideia é justamente o enriquecimento da área, e que viu que  
 340 tinha muitas muda plantadas e que permaneceram, mas que tinha muitas covas vazias que  
 341 aproveitaram para plantar novas mudas; que a DMA optou por fazer plantio de mudas grandes já que  
 342 se tratava de um local aberto sujeito a depredação e que está prevista uma nova ação de plantio para  
 343 o dia da árvore. Lancaster Fernandes disse que poderiam contar com a Prevenir Preservar para esta  
 344 ação. Jussara Viana disse que seria interessante a participação dos Conselheiros. Vanilza Oliveira  
 345 apresentou fotos da vistoria da AMAR e Prevenir Preservar na orla da Lagoa Olhos D'água, onde  
 346 constataram o fechamento dos bueiros. Não havendo mais manifestações a serem relatadas a  
 347 reunião foi encerrada às 17h10min. Seguem-se os encaminhamentos:

348  
 349 **ENCAMINHAMENTOS DESSA REUNIÃO:**

350

O quê?	Quem se responsabiliza?	Prazo
Processo Administrativo nº 6063/2019 – Vanilde Fernandes Pereira Bento – Laudo 040/2019 - suspensão análise e votação para verificação da situação do imóvel.	DMA	Para próxima reunião ordinária
Encaminhamento das Atas da 66ª RO e 25ª RE com inclusão da AMAR para validação.	DMA	O mais breve possível
Encaminhamento do check list produzido pelo Conselheiro Carlos Sperling (Gestão 2017/2019) para apreciação dos Conselheiros	DMA	O mais breve possível
Encaminhamento de Ofício à COPASA solicitando sucção de poça de esgoto na orla da Lagoa Central.	DMA	O mais breve possível

351

352

<b>Quadro Resumo – Ata da 67ª Reunião Ordinária</b> <b>Realizada em 05 de setembro de 2019</b> Aprovada em 03/10/2019	
<b>Representantes presentes</b>	<b>Assinatura de Aprovação</b>
Jussara Rodrigues Carvalho Viana	
Wanderson Luiz Nunes Lana	
Márcia Cristina Mangerotti	
Márcia Regina Ferreira	
Acácio de Paula Filho	
Márcia Pinto de Moura	
Stefano Rodrigues de Pinho Tavares	

Adalton Figueiredo de Melo	
Érika Suzanna Bányai	
Lancaster Fernandes dos Santos	
Vanilza Aparecida de Oliveira	

353